



INFORME CEAS/PE Nº 01/2025

MINUTA DE REGIMENTO INTERNO PARA AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



O Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco publica minuta de regimento interno das conferências municipais de assistência social no Estado com objetivo de auxiliar os conselhos municipais de assistência social na elaboração do documento.

O CEAS/PE reforça que o Regimento Interno deve estar de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social publicadas em seus informes Nº 01, 02, 03, 04 e 04 e resoluções em referência a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, assim como o material disponibilizado pelo CEAS/PE referente ao processo conferencial em Pernambuco, que culminará na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, que acontecerá dias 23, 24 e 25 de setembro no Centro de Convenções em Olinda. As resoluções CEAS/PE que tratam da Conferência estão disponíveis para consulta no portal sigas.pe.gov.br.

A proposta foi apresentada pela Comissão Organizadora da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco e aprovada na 251ª Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social.



1. MINUTA DE REGIMENTO INTERNO PARA AS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS

REGIMENTO DA X?X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XXX

CAPÍTULO I:

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º A X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX foi convocada e normatizada por meio da Resolução CMAS/ Decreto/Portaria nº XX, de XX de XXXXX de 2025. Será presidida pela/o Presidente do Conselho de Assistência Social de XXX – CMAS e realizada nos dias XX e XX de XXXX de 2025 das XX hs às XXhs, nas dependências do XXXX.

Abaixo, recorte do Informe CNAS Nº 2/2025, referente ao tempo mínimo de realização das conferências municipais de Assistência Social:

1. Regras Gerais para realização da Conferência Municipal de Assistência Social

1. Tempo mínimo para a realização da conferência municipal. Considerando que as conferências são instâncias deliberativas é preciso um tempo mínimo para que elas ocorram. Assim, o CNAS deliberou que para o processo conferencial de 2025, as conferências municipais devem ser realizadas em pelo menos três turnos para debate, além do momento de recepção e credenciamento. Obviamente que municípios que tenham condições e optem por mais turnos, não há impedimento. Por exemplo:

1º dia – manhã – credenciamento; tarde – atividades oficiais da conferência

2º dia – manhã e tarde – atividades oficiais da conferência.

A exceção desta regra é válida somente para os municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II que não consigam realizar a conferência em três turnos. Neste caso, é possível realizar em no mínimo dois turnos, incluindo o credenciamento.

Sugere-se:

Manhã – Credenciamento – atividades de abertura

Tarde – Grupo de trabalho, plenária final com eleição de delegadas/os.

Obs.: As atividades pré-conferência obrigatórias devem ser respeitadas por todos os municípios independentemente de Porte.

Municípios que não cumprirem com essas regras não poderão encaminhar delegadas/os e deliberações para as conferências estaduais e nacional.

Art. 2º – A X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Presidência;



II – Comissão Organizadora, nos termos da Resolução CMAS nº XX de XX de XXXX de 2025.

Parágrafo Único: A X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXX será coordenada pelo/a Presidenta/o do CMAS. Na sua ausência ou impedimento legal, pelo vice-presidente deste mesmo órgão colegiado.

CAPÍTULO 2:

OBJETIVOS:

Art. 3º - A X?X Conferência de Assistência Social do Município de XXXX tem por objetivo avaliar, propor e deliberar diretrizes para aperfeiçoar a Política Municipal da Assistência Social e o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) baseado no Plano Decenal 2016/2026, qualificando as discussões sobre a Proteção Social do SUAS, o financiamento público da política de Assistência Social e a participação social, assim como eleger representantes para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social.

Parágrafo único: Como atribuição da X?X Conferência de Assistência Social do Município de XXXX considera-se a análise, propositura e deliberação com base nos encontros preparatórios com grupos populacionais nas diferentes regiões do município, bem como as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 4º - Participarão da X?X Conferência de Assistência Social do Município de XXXX, as/os seguintes atrizes/atores:

I – Usuárias/os, trabalhadoras/es, representantes das entidades, representantes governamentais, com direito a voz e voto;

II - Convidada/os definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social de XXXX, por meio da Comissão Organizadora da Conferência, com direito à voz;

III – Observadores/as referendados/as pelo Conselho Municipal, com direito à voz. (opcional)

COTAS: Conforme Informe CNAS nº02, segue o texto “7. Respeito às cotas para participantes da conferência. Seguindo diretrizes nacionais, neste processo conferencial deve-se garantir **pelo menos 30% de cotas**, referente ao total de participantes, para participação de pessoas negras, transexuais, pessoas com deficiência, jovens, pessoas idosas, indígenas e migrantes. **A divisão deste percentual deve ser explicitada no regimento interno da conferência**, com critérios específicos, devendo também valer para a eleição de delegadas/os. As explicações específicas sobre esta regra estarão em informe específico, bem como, deve ser editada resolução do CNAS sobre este tema.”



CAPÍTULO IV

DA PROGRAMAÇÃO

Art. 5º - A X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX será realizada de acordo com as seguintes etapas:

1º turno: Solenidade de abertura da Conferência, Apresentação cultural (opcional), Leitura do Regimento Interno, Palestra Magna e/ou Mesa de Conjuntura;

2º turno: Grupos de Trabalho;

3º Turno: Plenária Final/Deliberações, moções e eleição de delegadas/os para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco.

Como já citado, o Conselho Nacional de Assistência Social deliberou que em 2025, as conferências municipais devem ser realizadas em pelo menos três turnos para debate, além do momento de recepção e credenciamento.

A exceção desta regra é válida somente para os municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II que não consigam cumprir os três turnos, podem optar pelo formato de dois turnos, incluindo o credenciamento. Neste caso, a sugestão da programação é:

1º turno/manhã: Credenciamento e atividades de abertura;

2º turno/tarde: Grupo de trabalho, plenária final com eleição de delegadas/os.

CAPÍTULO V

DA TEMÁTICA

Art. 6º - A X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX terá como tema central “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”;

Art. 7º - Os Grupos de trabalho deverão discutir e encaminhar propostas em relação aos 05 eixos apresentados pelo Conselho Nacional de Assistência Social, na forma que segue:

- Eixo 1 – Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades;
- Eixo 2 - Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional;
- Eixo 3 – Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no SUAS;
- Eixo 4 – Gestão Democrática, informação e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS;
- Eixo 5 – Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS.



CAPÍTULO VI

DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 8º - Os grupos de trabalho serão constituídos pelas/os delegadas/os da X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX, respeitando os 05 (cinco) eixos temáticos com direito e voz e voto e convidadas/os com direito a voz.

Art. 9º - As/os participantes dos diferentes grupos devem, após apreciar as propostas e demandas advindas dos encontros preparatórios com os diferentes grupos populacionais, sistematizar no mínimo 05 propostas, sendo:

I – No mínimo 02 e no máximo 04 propostas consideradas mais relevantes no âmbito municipal;

II – No mínimo 01 e no máximo 02 propostas consideradas mais relevantes no âmbito estadual;

III- No mínimo 01 e no máximo 02 propostas consideradas mais relevantes no âmbito federal.

Art. 10º - Os grupos de trabalho contarão com o apoio de uma/um facilitadora/dor escolhida/o pela Comissão Organizadora e uma/um relatora/or eleita/o pelo grupo, que deverão apresentar as propostas elencadas à plenária.

§ 1º As atribuições do Coordenador / Facilitador são:

I - Iniciar o processo de Relatoria;

II - Refletir sobre a teoria e a prática da temática proposta;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todas/os as/os participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam apresentadas e debatidas de acordo com o Regimento Interno.

V - Digitar as conclusões elaboradas no grupo, que serão enviadas ao e-mail oficial do CMAS;

VI - Conferir e registrar a assinatura das/dos presentes;

§ 2º As atribuições da/do relatora/or são:

I – Registrar as conclusões do grupo;

II – Sistematizar as conclusões do grupo;

III – Apresentar os registros na Plenária Final para a votação das propostas.

CAPÍTULO VII

DO REGIMENTO INTERNO



Art. 11 – O Regimento Interno da X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX será lido na mesa de abertura, composta por coordenador/a e convidadas/dos indicadas/dos pela Comissão Organizadora da X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX, de acordo com o que diz a Resolução XXX, que trata das etapas de aprovação do Regimento Interno da Conferência;

§1º – O Regimento Interno da X?X Conferência ficará disponível para consulta pública de XX de XXXXX até o dia XX de XXXXX de 2025, no site/link XXXX (endereço eletrônico), para apresentar proposta de alteração de redação, identificando o Art. e autora/or da proposta.

- a) O disposto do §1º do Artigo 11 está condicionado à possibilidade de execução do município.
- b) Em caso da não realização da consulta pública, o CMAS deverá encaminhar a minuta do Regimento Interno para os serviços, programas e projetos do município.

§2º - Os itens que não forem destacados serão considerados como aprovados por unanimidade em Reunião Ampliada do CMAS.

§ 3º – As propostas de alteração da redação do regimento interno, enviados conforme indicado §1º deste Art. serão submetidas à aprovação da plenária da Reunião Ampliada. Serão facultados 02 (dois) minutos para apresentação de defesa, bem como, para defesa de posição contrária;

§ 4º – Durante o período de votação será vedado o levantamento de questões de ordem de qualquer natureza.

Art 12. O Regimento Interno será aprovado após as etapas do processo de consulta concluído em Reunião Ampliada do CMAS.

CAPÍTULO VIII

DA ELEIÇÃO DAS/OS DELEGADAS/OS

Art. 13 - Deverão ser eleitos/as os/as delegado/as para 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, de acordo com os critérios no quadro abaixo, frisando que serão disponibilizadas mais vagas para usuárias/os para todos os portes, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CEAS/PE em ofício específico deste Conselho, conforme decisão do Pleno em sua 250ª Assembleia Ordinária:

Porte do Município	Quantidade de municípios	Nº de delegadas/os por municípios	Total de delegadas/os
Pequeno Porte I	83	2	166
Pequeno Porte II	67	4	268
Médio Porte	23	6	138
Grande Porte	11	10	110
Metrópole	1	12	12

I – XX representante da Sociedade Civil, distribuídos em:

- a) 0X usuárias/os;
- b) 0X trabalhadoras/es;



c) 0X representantes das Organizações de Assistência Social.

II – 0X da representação Governamental

§1º As/os delegadas/os deverão ter 01 (um) suplente do mesmo segmento para que não haja vacância na representação.

§2º Os delegados/as eleito/as na Conferência Municipal de Assistência Social devem preencher a ficha de inscrição conforme modelo do Conselho Nacional de Assistência Social, com toda documentação comprobatória, de acordo com modelo disponibilizado no Informe CNAS Nº 05 e entregar ao responsável do CMAS.

§3º O responsável pelo CMAS deverá encaminhar a ficha das/dos delegados eleitos na Conferência Municipal para o CEAS/PE.

Art. 14. Seguindo diretrizes nacionais, deve-se garantir pelo menos 30% de cotas, referente ao total de participantes, para participação de pessoas negras, transexuais, pessoas com deficiência, jovens, pessoas idosas, indígenas e migrantes.

A divisão deste percentual deve ser explicitada no regimento interno da conferência, com critérios específicos, devendo também valer para a eleição de delegadas/os. As explicações específicas sobre esta regra estão no Informe CNAS Nº 2/2025, que frisa também a necessidade de justificativa pelo eventual não preenchimento das vagas reservadas às cotas para delegadas/os e as providências/soluções tomadas) e na Resolução CNAS/MDS Nº 189, de 14 de abril de 2025.

CAPÍTULO IX

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 15 - A Plenária Final da X?X Conferência Municipal de Assistência Social do Município XXXXX constituída pelo/as Delegado/as devidamente eleitas/os com direito e voz e voto e convidados com direito a voz.

Art. 16 - A Sessão da Plenária Final terá caráter deliberativo com a finalidade de aprovar e referendar ao CMAS:

I – Até 04 propostas de cada eixo temático para âmbito municipal;

II – 01 proposta de cada eixo temático para o âmbito estadual;

III – 01 proposta de cada eixo temático para o âmbito federal;

IV – As Moções que forem apresentadas durante a X Conferência Municipal de Assistência Social e;

V - XX delegadas/os para participar da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco, sendo 0X titular e 0X suplente.



§ 1º A manifestação e ou intervenção dos membros da Plenária poderão ser feitas oralmente pelo tempo máximo de 02 (dois minutos).

§ 2º As decisões da Plenária serão todas por maioria simples.

Art. 17 - A mesa coordenadora colocará em discussão as conclusões e propostas apresentadas pelos eixos temáticos para apreciação na Plenária, sendo possível solicitação de destaques (supressão total ou defesa para manutenção, não cabendo alteração de texto) para, posteriormente, serem colocadas em regime de votação.

§ 1º - Os destaques terão a intervenção de 02 (dois) participantes, um para defesa e outro para encaminhamento em contrário, pelo tempo de 02(dois) minutos. Consultado o Plenário, e caso este não esteja elucidado para votação, será aberta mais uma inscrição contra e outra a favor, em seguida procederá à votação.

§ 2º - Não serão consideradas questões de ordem àquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou elucidação durante o processo de votação.

§ 3º As propostas de âmbito municipal não destacadas serão consideradas aprovadas por unanimidade pela Plenária Final. Quanto às propostas de âmbito estadual e federal deverão ser votadas caso haja mais de uma por eixo.

§ 4º Após o início do regime de votação, fica vedado qualquer destaque ou questão de ordem.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.18 - Será concedido certificado a todas/os as/os delegadas/os participantes da X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX.

Art. 19 - Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da X?X Conferência de Assistência Social de XXXXX.

Art. 20 - Este Regimento Interno entra em vigor a partir de sua aprovação em Reunião Ampliada, com o franqueamento da palavra a todas/os as/os presentes, realizada dia XX de XXXX de 2025, conforme Resolução CMAS Nº XXX;

Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX.

XXX, de XXXX de 2025.

Plenária da X?X Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX

Assinatura Comissão Organizadora da XX Conferência Municipal de Assistência Social de XXXXX.



Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco - CEAS/PE

Expediente

Composição CEAS/PE 2023/2025

Conselheiras/os Sociedade Civil:

Entidades e Organização de Assistência Social

Edjane Tavares de Santana Ribeiro - *Associação de Desenvolvimento e Assistência de Itaquitinga – ADASI*
Ana Verônica de Oliveira Luiz e Silva - *Associação de Desenvolvimento e Assistência de Itaquitinga – ADASI*
Nipson Richard Oliveira de Freitas - *Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP*
José Felipe Bezerra da Silva - *Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP*
Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade - *Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE-PE*
Telma Muniz Soares Barbosa - *Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE-PE*

Representação ou Organização de Usuários/os

Maria de Lourdes de Andrade Viana Vinokur - *Associação PODE – Portadores de Direitos Especiais*
Any Karolyne Pereira Alves Gonçalves - *Associação PODE – Portadores de Direitos Especiais*
Geziel Bezerra da Silva - *Instituto de Inclusão e Cidadania de Pernambuco – IICPE*
André Vinícius Guimarães de Carvalho - *Instituto de Inclusão e Cidadania de Pernambuco – IICPE*
Elaine Lima do Nascimento - *Usuários/os da Assistência Social*
Maria Ivaneide Gomes Oliveira da Silva - *Ação Social Esperança e Vida - ASEVI*

Entidades Organização de Trabalhadoras/es

Rizete Serafim Costa - *Conselho Regional de Serviço Social - CRESS*
Robélia do Nascimento Lopes - *Conselho Regional de Serviço Social - CRESS*
Erika Sitcovsky Santos Pereira - *Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – CREFITO*
Priscilla Viegas Barreto de Oliveira - *Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO*
Edson de Souza Lima - *Conselho Regional de Psicologia - CRP*
Marcela Cristina Mendes Leandro - *Sindicato dos Servidores Públicos Civil do Estado de Pernambuco – SINDSERPE*

Conselheiras/os Governamentais

Andreza Sônia Costa Rodrigues Pacheco - *Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas Sobre Drogas – SAS*
Kamylla Godê de Vasconcelos - *Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas Sobre Drogas – SAS*
Sônia Alten Barbosa Leal - *Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção a Violência – SJDH*
Gláucia Kamila Andrade Ribeiro da Silva - *Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção a Violência - SJDH*
Cileide Maria de Araújo Souza - *Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - SEPLAG*
José Maurício Moreira da Rocha Filho - *Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - SEPLAG*
Ana Carolina Freire Lopes - *Secretaria de Saúde - SES*
Larissa de Melo Farias - *Secretaria de Saúde - SES*



Cristiano Cézar Vila Nova Pereira - Secretaria de Educação e Esportes - SEE
Thais Fernanda Ferreira Novaes - Secretaria de Educação e Esportes - SEE
Marcelle Ivette Suzana Ramis Ribeiro Campos - Secretaria da Fazenda - SEFAZ
Leidiane Araújo da Silva - Secretaria da Fazenda - SEFAZ
Romulo Americo da Silva - Secretaria de Turismo e Lazer - SETUR
Adriano Alves da Silva Costa - Secretaria de Turismo e Lazer - SETUR
Tatiane Gomes Calaça Menezes - Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca – DAS
Alcineide Oliveira Nascimento – Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca – DAS
Adilson Carlos Vasconcelos Ferraz - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS
Maria Lucia Nogueira Linhares Marquim - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS

Comissão Organizadora da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Pernambuco

Conselheiros/as:

Coordenador: Edson de Souza Lima - Entidades Organização de Trabalhadoras/es
Vice-coordenadora: Kamylla Godê de Vasconcelos – Governamental
Ana Verônica de Oliveira Luiz e Silva - Entidades e Organização de Assistência Social
André Vinícius Guimarães de Carvalho - Representação ou Organização de Usuário
Cristiano Cézar Vila Nova Pereira – Governamental
Elaine Lima do Nascimento - Representação ou Organização de Usuários
Geziel Bezerra da Silva - Representação ou Organização de Usuários
Larissa de Melo Farias – Governamental
Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim – Governamental
Priscilla Viegas Barreto de Oliveira - Entidades Organização de Trabalhadores
Sônia Alten Barbosa Leal – Governamental

Secretaria Executiva do CEAS/PE:

Ana Paula Viana Torres – Secretária executiva
Adriana Queiroz – Técnica
Simone Campos – Técnica
Vitória Pacheco – Apoio Administrativo
Adilson Pacheco – Apoio Administrativo
Paola Araújo – Comunicação

Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco

Avenida Conde da Boa Vista
Empresarial Palmira II, 1410. 1º andar
CEP: 50060 – 001
23 de abril de 2024

